

Editorial

É com satisfação que apresentamos a *Revista da Abem* nº 21. Este número possui artigos de várias partes do Brasil e dois artigos internacionais, que tratam de temas diversos. Anunciamos aos nossos leitores que a campanha “sócio com assinatura” foi muito bem acolhida, o que certamente aumentará a circulação do periódico.

Em função da aprovação da Lei 11.769/08, que dispõe acerca da obrigatoriedade de música nas escolas, percebemos a ampliação do interesse acerca de estudos em educação musical que possam subsidiar práticas educativas na educação básica. Nesse contexto, a *Revista da Abem* tem sido referência. Anunciamos que a diretoria tem como meta o lançamento de um outro periódico que possa contribuir, de modo mais direto, com os professores que atuam em escolas, na educação básica.

Esse número 21 da *Revista da Abem* está sendo subsidiado pelo CNPq, através do “Programa Editorial Edital MCT/CNPq-MEC/CAPES – n. 58. 2008 – Editoração e Publicação de Periódicos Científicos Brasileiros”.

O texto de abertura apresenta o artigo da colega africana Rose A. Omolo-Ongati. A autora sublinha o fato de que a música africana é parte intrínseca de alguns eventos sociais, sendo uma expressão funcional comum diretamente ligada às atividades diárias das pessoas. De outro lado, destaca que o impacto da globalização tem tornado o mundo um espaço pequeno e as músicas do mundo estão disponíveis nas mídias. Muitas dessas músicas são usadas como propostas de ensino fora do contexto cultural da execução das mesmas. Com esses princípios e crenças subjacentes à prática da música africana, como a música deveria ser tratada, transmitida/manipulada em novos contextos?

O texto procura responder a essa questão.

O segundo artigo é apresentado por Vera Lúcia Gomes Jardim e denomina-se a “Institucionalização da profissão docente – o professor de música e a educação pública”. A autora discute acerca do processo de especialização do professor de música, demarcando um campo de atuação e de espaços institucionais. Reporta-se à Reforma de 1890 que incluiu a Música no currículo do Normalista e que culmina com a instituição do Professor de Canto Orfeônico, cuja habilitação tornou-se indispensável para o exercício profissional em estabelecimentos públicos de ensino, sob fiscalização federal.

Teca Alencar de Brito é a autora do artigo “Por uma educação musical do pensamento: educação musical *menor*”, no qual apresenta os referenciais teóricos de sua pesquisa de doutorado que cartografou a singularidade das ideias de música no curso da infância. Autores como H-J Koellreutter, Pierre Schaeffer, Deleuze e Guattari, em conjunto com a teoria dinamicista da psicóloga cognitivista Esther Thelen, são as bases teóricas assumidas. Teca defende que a criança vive um modo *menor* (deleuziano) de fazer e significar a atividade musical, e apresenta nesse artigo aspectos essenciais do projeto de educação musical *menor*.

O quarto artigo é de autoria de Luciane Cuervo e Leda de Albuquerque Maffioletti. Em “Musicalidade na *performance*: uma investigação entre estudantes de instrumento” as autoras apresentam uma pesquisa na qual acompanham o processo de aprendizagem da flauta doce por sujeitos entre nove e 13 anos buscando compreender como ocorre o desenvolvimento da musicalidade. Os resultados demonstraram que o repertório, a prática e estudo, o contexto sociocultural, o acesso à técnica, criação e leitura musical e a ocorrência de apresentações musicais são fatores que influenciam o desenvolvimento da musicalidade.

Silvia Cordeiro Nassif Schroeder é autora do artigo “A educação musical na perspectiva da linguagem: revendo concepções e procedimentos”. Ao longo do texto, tenciona mostrar que a adoção de uma abordagem da música, como uma forma de linguagem, pode trazer consequências práticas fundamentais para o ensino. À luz da concepção de linguagem de Mikhail Bakhtin, estabelece analogias entre música e linguagem verbal. A principal mudança proposta é de deslocamento na ênfase do ensino: ao invés da técnica ou da materialidade sonora, privilegia-se a dimensão estética musical.

Margarete Arroyo é autora de “Juventudes, músicas e escolas: análise de pesquisas e indicações para a área da educação musical”. No artigo, apresenta uma pesquisa que visou mapear, analisar e discutir dez dissertações e uma tese que trazem a articulação entre juventudes, músicas e escolas, produzidas no Brasil entre 2000 e 2007. O texto contextualiza os trabalhos e apresenta o campo conceitual do objeto de estudo, seu mapeamento e sua análise. Os resultados expressam aspectos epistemológicos e metodológicos dos trabalhos, e sua discussão indica contribuições para o tratamento do assunto no campo específico da educação musical.

“Conhecimento de estilo musical em estudantes espanhóis de Educação Secundária Obrigatória com diferentes origens culturais: análise desde a educação formal” é o artigo de autoria de Oswaldo Lorenzo Quiles, Lucía Herrera Torres, Roberto Cremades Andreu e João Fortunato Soares de Quadros Júnior. Os autores analisam, no quadro da educação

musical da Espanha, quais são os conhecimentos dos alunos de Educação Secundária Obrigatória (12-16 anos) sobre o conceito de estilo musical e os diferentes estilos musicais existentes. Nessa pesquisa, participaram 667 alunos da cidade espanhola de Melilla. Os resultados mostram que existe uma clara contradição entre as músicas que se trabalham no currículo escolar oficial e o conhecimento sobre os estilos musicais da vida cotidiana dos estudantes.

O oitavo artigo intitula-se “Educação musical nas escolas de ensino fundamental e médio: considerando as vivências musicais dos alunos e as tecnologias digitais” e é de autoria de Fernando Stanzione Galizia. Nesse trabalho o autor reflete acerca do ensino de música no ensino fundamental e médio, e suas implicações na formação dos professores de música, girando em torno da premissa de que a música ensinada nas escolas poderia ter como base as músicas que os alunos vivenciam em seu dia-a-dia. O autor discorre sobre a música que os alunos vivenciam fora da escola e que os professores escolares não levam em consideração, apresentando como características: o fato de pertencerem, em sua maioria, à indústria cultural e às tecnologias de massa, e serem produzidas e distribuídas digitalmente.

Neide Esperidião e Leny Magalhães Mrech assinam o texto “Educação musical e diversidade cultural: uma incursão pelo viés da psicanálise”. As autoras buscam instigar um novo olhar sobre a educação musical nas escolas, mediante algumas das transformações das sociedades pós-modernas e as muitas implicações na vida dos indivíduos, particularmente na cultura. A partir de aportes teóricos da sociologia, da educação e da psicanálise (lacaniana) e reflexões pessoais, destaca-se a necessidade de reflexões sobre as funções e sentidos da música inserida no contexto escolar formal, após a institucionalização do seu ensino nas escolas, pela Lei 11.769/08.

“Crenças de autoeficácia: uma perspectiva sociocognitiva no ensino do instrumento musical” é de autoria de Célia Regina Pires Cavalcanti. O trabalho direciona-se a professores de instrumento e seu objetivo é apresentar algumas ideias e pressupostos teóricos a partir da Teoria Social Cognitiva de Albert Bandura (1925), mais especificamente seu constructo central, as crenças de autoeficácia. Essa abordagem oferece um caminho a ser explorado por educadores que buscam implementar e fortalecer as crenças pessoais de seus alunos.

Patrícia Wazlawick e Kátia Maheirie são autoras do artigo “Sujeitos e músicas em movimentos criadores compondo comunidades de prática musical”. O trabalho configura-se como um diálogo que entrecruza saberes da área da educação musical e da psicologia histórico-cultural. Partem do “olhar” sobre uma pequena canção inventada por uma criança, na busca de conhecermos e nos aproximarmos das relações, dos contextos, dos sujeitos envolvidos, dos espaços, dos processos que foram percorridos por essa criança até chegar a objetivar a canção e com ela também realizar outras atividades.

O artigo “Canções, diálogos e educação: uma experiência em busca de uma prática escolar humanizadora” é de autoria de Keila de Mello Targas e Ilza Zenker Leme Joly. Trata-se do relato de uma pesquisa que teve como questão: de que maneira a escuta de canções pode contribuir para a valorização da singularidade de crianças no cotidiano da prática escolar humanizadora? A pesquisa, de inspiração qualitativa, foi desenvolvida em uma escola da rede municipal de ensino, na periferia de São Carlos (SP). Com encontros semanais, a comunicação se dava a partir de canções, conversas em roda, atividades relacionadas com a voz, movimento e expressão corporal. Os resultados mostram que a música, através do recorte das canções, contribuiu no sentido de favorecer o diálogo entre as diferentes referências culturais e musicais presentes no grupo, numa perspectiva de valorização e respeito à diversidade e singularidade.

Encerrando este número, Maria Guiomar de Carvalho Ribas apresenta o texto “Práticas musicais na Educação de Jovens e Adultos: uma abordagem geracional”, no qual apresenta resultados de uma pesquisa em educação musical sobre aprendizagem musical entre pessoas de diferentes gerações. Situado no campo da educação musical perspectivada pela sociologia, o artigo entrelaça referências das ciências sociais, educação e educação musical para fundamentar um objeto em educação musical construído pelos eixos temáticos Educação de Jovens e Adultos (EJA) e geração.

Esperamos que nossos leitores tenham uma prazerosa leitura e que a diversidade de temas e enfoques presentes neste número suscite provocações e instigue a elaboração de conhecimentos. Agradecemos ao amplo quadro de pareceristas *ad hoc* que avaliaram os muitos trabalhos submetidos e cumprimentamos, agradecendo, os novos sócios assinantes.

Convidamos os sócios para submeterem textos para a revista.

Prof^ª Dr^ª Cláudia Ribeiro Bellochio

Editora biênio 2007-2009